Lisboa: Descida aos infernos com Moedas

written by Amaro F Correia | 25 de Novembro, 2026



Empresa Municipal de Carris de Lisboa é sustentada por quem? Quem nomeia o administrador? Quem é o principal acionista? R: **Câmara Municipal de Lisboa**. Moedas é negligente e mentiu sobre os relatórios e é ó responsável político pela Carris. (esclarecimento depois do que ouvi ontem na Comunicação Social com a SIC a não interpretar o seu papel como devia).

O pivot do Telejornal deveria perguntar a Moedas quem é que tutela a Carris? E depois não deixar vitimizar-se como o fez e faz. Foi mau Rodrigo! Não estudou a lição como devia, porque foram 16 mortos e muitos feridos, no Elevador da Glória. Relatórios com alertas sobre à segurança dos equipamentos. Perguntas sem respostas e responsabilidades por apurar. Lisboa não precisa de mais discursos políticos, mas precisa de saber quem falhou e porquê. Há quem pareça masoquista na forma como

insiste em repetir os mesmos erros na gestão das cidades. Já o tinha escrito a propósito de Rui Moreira, no Porto: governar uma cidade exige pensar a longo prazo, estabelecer ciclos de planeamento de pelo menos 10 anos e antecipar problemas, em vez de viver ao sabor das circunstâncias.

A tragédia da Glória não pode ser reduzida a um acidente infeliz, muito menos transformada numa disputa de comunicação entre partidos. É uma ferida aberta na consciência da cidade e uma questão política que exige respostas, esclarecimentos e responsabilidades. Lisboa está a pagar um preço demasiado elevado pela irresponsabilidade de quem tem a obrigação de governar e garantir a segurança dos seus cidadãos. As notícias que têm vindo a público, através da comunicação social, revelam factos inquietantes. As auditorias do CATIM aos elevadores da Glória, Lavra, Bica e Santa Justa identificaram desconformidades nos cabos utilizados.

Na Glória, foram assinalados problemas relacionados com a adequação dos cabos, as ligações às carruagens e a ausência de evidências de determinados ensaios de segurança. Como foi possível chegar a este ponto? Estamos a falar de equipamentos públicos que transportam diariamente milhares de pessoas, entre crianças, idosos, trabalhadores e turistas. Não são peças de museu entregues à sorte, nem atrações turísticas cuja manutenção possa ser tratada como uma formalidade administrativa. São infraestruturas de transporte cuja exploração exige uma obrigação permanente de prevenção, fiscalização e segurança. E é aqui que começa a responsabilidade política.

Moedas afirma que desconhecia os problemas antes do acidente, que determinou a suspensão dos equipamentos e que foi o próprio quem solicitou as auditorias. Mas há perguntas incontornáveis que não podem ficar sem resposta. Se os relatórios estavam concluídos entre outubro e novembro de 2025, por que razão só foram disponibilizados aos vereadores da oposição em novembro de 2026? Porque foi necessário esperar

por uma denúncia pública para que documentos desta importância chegassem ao conhecimento dos representantes eleitos? Estava alguém a tentar esconder informação? Quem decidiu não a divulgar? E com que fundamento?

São perguntas legítimas, que exigem esclarecimentos objetivos e não mais declarações destinadas a gerir danos políticos. Não basta afirmar que se tomou a decisão certa depois da tragédia. Governar é, sobretudo, evitar que as tragédias aconteçam. O relatório preliminar do GPIAAF já tinha apontado, em outubro de 2025, falhas da Carris na aquisição, aceitação e instalação de cabos e identificou insuficiências nos mecanismos de controlo e na supervisão independente. Estamos, portanto, perante sinais de um problema estrutural que não pode ser escondido atrás de explicações administrativas, competências repartidas ou conveniências partidárias.

A segurança das pessoas e dos bens não pode depender da sorte, da boa vontade dos responsáveis ou da capacidade de um presidente de câmara para gerir a sua imagem pública. A Câmara Municipal é responsável pela Carris, sustenta-a e os responsáveis políticos têm obrigações concretas: assegurar uma fiscalização eficaz, garantir uma manutenção competente, exigir transparência e, acima de tudo, prevenir riscos. Quem não está à altura da responsabilidade de governar uma cidade, sobretudo quando está em causa a segurança e a vida das pessoas, não deveria continuar na política. Demita-se e tenha vergonha.

